

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Diretores da
Tropicália Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Tropicália Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 17 de setembro de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tropicália Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 17 de setembro de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria societária

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“demonstrações financeiras societárias”), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente, com data de 16 de março de 2026, que contém opinião sem modificação.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 17 de setembro de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

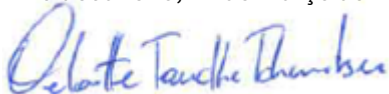
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
	explicativa				explicativa		
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	7	20	21	Fornecedores	14	805	765
Títulos e valores mobiliários	8	15.455	14.738	Impostos e contribuições a recolher		2.933	2.666
Concessionárias e permissionárias	9	15.539	16.573	Dividendos		18.425	15.962
Despesas antecipadas		196	196	Debêntures	15	16.978	15.538
Tributos compensáveis		1.388	1.321	Outros passivos circulantes		1.589	1.186
Cauções vinculados	10	15.760	14.467	Encargos setoriais		1.877	1.403
Outros ativos circulantes		960	440	Arrendamento imobiliário		121	154
		<u>49.318</u>	<u>47.756</u>			<u>42.728</u>	<u>37.674</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Cauções vinculados	10	20.506	18.091	Tributos diferidos		3.894	4.032
Depósitos judiciais		481	587	Debêntures	15	604.266	584.131
Tributos diferidos	11	632	574	Arrendamento imobiliário		-	161
Outros Ativos não Circulantes		30	-			<u>608.160</u>	<u>588.324</u>
Imobilizado	12	481.751	495.863	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16		
Intangível	13	117	121	Capital social		58.000	58.000
		<u>503.517</u>	<u>515.236</u>	Reserva legal		11.600	11.600
				Prejuízo acumulado		(192.399)	(152.753)
				Outros resultados abrangentes		7.561	7.826
				Reserva de incentivos fiscais		17.185	12.321
						<u>(98.053)</u>	<u>(63.006)</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>552.835</u>	<u>562.992</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>552.835</u>	<u>562.992</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	115.941	112.225
CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	18	(22.992)	(22.159)
LUCRO BRUTO		92.949	90.066
Despesas operacionais	19	(9.898)	(6.148)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		83.051	83.918
Receita financeira		4.715	3.536
Despesa financeira		(56.839)	(57.546)
RESULTADO FINANCEIRO	20	(52.124)	(54.010)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		30.927	29.908
Imposto de renda e contribuição social corrente		(1.724)	(632)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		713	79
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		29.916	29.355
RESULTADO POR AÇÃO		0,29	0,28

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	29.916	29.355
Outros resultados abrangentes:		
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação	136	136
Realização da reserva de reavaliação	(401)	(401)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>29.651</u>	<u>29.090</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Outros	Lucro (Prejuízos) do exercício	Total
			Reserva legal	Reserva especial	Reserva de incentivos fiscais	Resultados Abrangentes		
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	16	58.000	11.600	-	9.720	8.091	(118.691)	(31.280)
Pagamento de dividendos		-	-	-	-	-	(33.955)	(33.955)
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação		-	-	-	-	136	-	136
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	-	(401)	401	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	29.355	29.355
Destinação do lucro:								
Constituição de reserva de incentivos fiscais		-	-	-	2.601	-	(1.901)	700
Dividendos mínimos obrigatório		-	-	-	-	-	(11.962)	(11.962)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	(16.000)	(16.000)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	16	58.000	11.600	-	12.321	7.826	(152.753)	(63.006)
Pagamento de dividendos		-	-	-	-	-	(34.538)	(34.538)
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação		-	-	-	-	136	(136)	-
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	-	(401)	401	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	29.916	29.916
Destinação do lucro:								
Constituição de reserva de incentivos fiscais		-	-	-	4.864	-	(4.864)	-
Dividendos mínimos obrigatório		-	-	-	-	-	(14.425)	(14.425)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	(16.000)	(16.000)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	16	58.000	11.600	-	17.185	7.561	(192.399)	(98.053)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		29.916	29.355
Ajustes:			
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos		1.011	553
Depreciação e amortização	12 e 13	14.797	14.748
Amortização de arrendamento por direito de uso		83	130
Juros e atualização sobre debêntures	15	55.410	56.103
Amortização do custo de captação de debêntures	15	742	784
Juros sobre arrendamento por direito de uso		18	20
Baixa de imobilizado	12	308	55
Rendimento de títulos e valores mobiliários	20	(4.907)	(3.582)
Atualização monetária sobre depósitos judiciais		57	97
		<u>97.435</u>	<u>98.263</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Concessionárias e permissionárias	9	1.034	(4.458)
Despesas antecipadas		-	(145)
Tributos compensáveis		(67)	(47)
Tributos diferidos		(58)	(425)
Outros ativos		(520)	(180)
Fornecedores		40	(399)
Impostos e contribuições a recolher		528	1.300
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.410)	(640)
Outros passivos		877	142
Caixa líquido proveniente e (aplicado) das atividades operacionais		<u>97.859</u>	<u>93.411</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de bens do ativo imobilizado	12	(1.071)	(2.457)
Aquisições de bens do ativo intangível	13	-	-
Reclassificação de bens do ativo imobilizado		-	-
Aplicação em títulos e valores mobiliários		(237.400)	(326.571)
Resgate em títulos e valores mobiliários		237.882	330.941
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento		<u>(589)</u>	<u>1.913</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização de principal de arrendamento de direito de uso		(212)	(146)
Pagamento de juros sobre as debêntures	15	(29.994)	(28.823)
Amortização de principal das debêntures	15	(4.565)	(4.351)
Pagamento de juros sobre capital próprio	16	(46.500)	(15.700)
Pagamento de dividendos	16	(16.000)	(46.300)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(97.271)</u>	<u>(95.320)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(1)</u>	<u>4</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		21	17
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		20	21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TROPICÁLIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Tropicália Transmissora de Energia S.A., (“TROPICÁLIA” ou “Companhia”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 15 de abril de 2016.

Em 28 de outubro de 2016, o Consórcio CP II, foi vencedor do Lote 1 da 2ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 013/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com o propósito único e exclusivo de construir, implantar, operar e manter as instalações do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, composto pela Linha de Transmissão de 500 kV entre as Subestações Sapeaçu e Poções III, com 245,1 km de extensão, foi utilizada a SPE Tropicália Transmissora de Energia S.A.

A Linha de Transmissão está integralmente localizada no Estado da Bahia e tem como objetivo atender à expansão do Sistema Interligado Nacional - SIN. A linha atravessa 17 municípios: Sapeaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida, Varzedo, São Miguel das Matas, Amargosa, Laje, Jiquiriçá, Ubaira, Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara, Mutuípe, Jequié, Manoel Vitorino, Boa Nova e Poções, todos no sul da Bahia.

A Linha aumentou a capacidade de transmissão de energia da interligação Nordeste-Sudeste, permitindo o adequado escoamento dos atuais e futuros empreendimentos de geração, predominantemente parques eólicos, previstos para serem implantados no Nordeste, mitigando o risco de déficit de energia elétrica da região Sudeste do país.

O Contrato de Concessão nº 01/2017-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão do lote 1 do Edital da 2ª Etapa do Leilão 013/2015 - ANEEL, foi assinado pela Companhia em 10 de fevereiro de 2017 e permanecerá em vigor por 30 anos, ou seja, até fevereiro de 2047.

A concessionária é remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) ofertada no processo licitatório, regulada pelas cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita contratada na data do Leilão (R\$76,7 milhões - base jul/16) será reajustada anualmente pelo IPCA, e sofrerá três revisões, previstas para o 5º, 10º e 15º ano da concessão. Ademais, esta é uma remuneração por disponibilidade, independentemente da quantidade de energia transmitida no período, que passará a ser recebida quando da entrada em operação comercial reconhecida pelo ONS e autorizada pela Aneel.

A Companhia entrou em operação em janeiro de 2021 através do Termo de Liberação Definitivo - TLD emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e por meio da Resolução Homologatória nº 2.725, de 14 de julho de 2020, anexo IV, ficou estabelecido, receitas anuais permitidas, no montante de R\$86.836. Em 16 de julho de 2024, foi divulgado pelo órgão regulador a Resolução Homologatória nº 3.348 que estabelecendo as receitas anuais permitidas para o ciclo de 2024-2025 no valor de R\$113.348 (base Julho 2024). Em 15 de julho de 2025, foi divulgado pelo órgão regulador a Resolução Homologatória nº 3.481 estabelecendo as receitas anuais permitidas para o ciclo de 2025-2026 no valor de R\$ 119.377(base Julho 2025).

2. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A transmissão de energia elétrica disponibilizada pela Companhia é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de transmissão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas serão reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrerá os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado pelo Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (“MCSE”), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica por meio da Resolução Normativa nº 933, de 17 de setembro de 2021.

“A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.”

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações financeiras estatutárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base tributária para apuração fiscal corrente, o valor dos dividendos e da reserva legal é o lucro apurado de acordo com as práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias da Companhia.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela diretoria em 17 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas notas explicativas nº 3.1 a nº 3.10, nas páginas 11 a 15, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

4.1. Imobilizado

4.1.1. Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição, construção, acréscidos do valor de reavaliação mensurada pela metodologia do Valor Novo de Reposição - VNR. A depreciação é calculada pelo método linear, tornando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

4.1.2. Imobilizado em curso

A Concessionária agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso, transferindo para o Imobilizado em Serviço de acordo com Resolução vigente da ANEEL.

4.1.3. Reserva de reavaliação

Realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela Aneel.

A reavaliação foi registrada em 02 de outubro de 2023, com base em Laudo de Avaliação preparado pela empresa avaliadora, em conjunto com a Companhia, e está de acordo com os montantes homologados pela Aneel, no processo de revisão tarifária da data-base de 21 de junho de 2022, referente ao Contrato de Concessão nº 001/2017.

4.2. Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

4.3. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Concessionária é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

4.4. Novas normas e interpretações não efetivas

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

As seguintes normas alteradas e interpretações não resultou em impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

As alterações em pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

<u>Norma</u>	<u>Descrição da alteração</u>	<u>Vigência</u>
Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 40/ IFRS 7	Divulgação de instrumentos financeiros	01/01/2026
CPC 48/ IFRS 9	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	01/01/2026
IFRS 18	Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

5.1. Perda (“Impairment”) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros estão deteriorados. Caso ocorra, os prejuízos de “impairment” são incorridos somente se há evidência objetiva de “impairment” com resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foram identificados pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de provisão para “impairment” tanto para ativos financeiros quanto para ativos não financeiros.

5.2. Reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado

Os investimentos realizados são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

6. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

6.1. Fatores de risco financeiro

a) Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações da Administração da Companhia. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

A administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações da administração da Companhia e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

No que concerne as contas a receber, a RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O ONS delega às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades de implantação do negócio.

c) Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(i) Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores.

(ii) Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

6.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

6.3. Instrumentos financeiros por categoria

	<u>31/12/2025</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
<u>Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado</u>		
Títulos e valores mobiliários	15.455	15.455
Caução vinculado	<u>36.266</u>	<u>36.266</u>
	<u>51.721</u>	<u>51.721</u>
<u>Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Caixa e equivalente de caixa	20	20
Contas a receber	<u>15.539</u>	<u>15.539</u>
	<u>15.559</u>	<u>15.559</u>
<u>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Fornecedores	805	805
Debêntures	<u>621.244</u>	<u>621.244</u>
	<u>622.049</u>	<u>622.049</u>

	31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado</u>		
Títulos e valores mobiliários	14.738	14.738
Depósito vinculado	32.558	32.558
	<u>47.296</u>	<u>47.296</u>
<u>Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Caixa e equivalente de caixa	21	21
Contas a receber	16.573	16.573
	<u>16.594</u>	<u>16.594</u>
<u>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Fornecedores	765	765
Debêntures	599.669	599.669
	<u>600.434</u>	<u>600.434</u>

6.4. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários e caução vinculado, são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - “Inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

6.5. Análise de sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela Administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

2025					
Premissas	Efeito das contas sobre resultado	Saldo	Cenário I	Cenário atual	Cenário II
CDI %	Títulos e valores mobiliários	15.455	1.661	2.215	2.769
	Cauções vinculados	36.266	3.898	5.198	6.497
IPCA %	Debêntures	621.244	19.849	26.465	33.081

2024

Premissas	Efeito das contas sobre resultado	Saldo	Cenário I	Cenário	
				Atual	Cenário II
CDI %	Títulos e valores mobiliários	14.738	1.204	1.605	2.006
	Cauções vinculados	32.558	2.659	3.545	4.431
IPCA %	Debêntures	599.669	21.273	28.964	36.205

7. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	6	4
Banco	14	17
	<u>20</u>	<u>21</u>

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Circulante	31/12/2025	31/12/2024
Certificados de depósitos bancários	15.455	13.220
Debêntures	-	1.518
	<u>15.455</u>	<u>14.738</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB e títulos de Dívida- Debêntures, realizada com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

9. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Concessionárias e permissionárias	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	12.474	12.242
Vencido	6.050	4.331
(-) PCLD ¹	(2.985)	-
	<u>15.539</u>	<u>16.573</u>

Em função do alto giro das concessionárias e permissionárias, não se fazem necessárias ajuste a valor presente.

¹ A constituição da PCLD refere-se aos valores contestados por usuários acerca de cobranças dos montantes de Avisos de Crédito - AVC complementares de rescisão de Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, os quais estão em discussão na esfera administrativa.

10. CAUÇÕES VINCULADOS

Referem-se a aplicações financeiras (indexados pelo CDI), requeridas em contrato de emissão de debêntures, com a finalidade de garantia real.

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Circulante</u>		
Certificados de depósitos bancários	15.760	14.467
	<u>15.760</u>	<u>14.467</u>

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Não circulante</u>		
Certificados de depósitos bancários	20.506	18.091
	<u>20.506</u>	<u>18.091</u>

11. TRIBUTOS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação de prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O valor do imposto de renda e contribuição social passivos são referentes as operações de reserva de reavaliação sobre as diferenças de práticas contábeis da contabilidade societária e regulatória.

a) Composição do imposto de renda e contribuição social ativo diferido

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Diferido ativo</u>		
Prejuízos fiscais de imposto de renda	545	510
Bases negativas de contribuição social	87	64
	<u>632</u>	<u>574</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	632	574

b) Composição do imposto de renda e contribuição social passivo diferido

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Diferido Passivo</u>		
Imposto de renda da reavaliação regulatória (“VNR”)	2.864	2.965
Contribuição social da reavaliação regulatória (“VNR”)	1.030	1.067
	<u>3.894</u>	<u>4.032</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	3.894	4.032

c) Efeitos no resultado

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	30.927	29.908
Juros sobre o capital próprio	<u>(16.000)</u>	<u>(16.000)</u>
	14.927	13.908
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição às alíquotas da legislação	5.075	4.729
Bônus e gratificações	128	113
Outros	361	6
Ajuste entre a contabilidade societária e regulatória	<u>311</u>	<u>(2.394)</u>
	<u>5.875</u>	<u>2.454</u>
Imposto de renda e contribuição social – correntes	6.588	2.533
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	<u>(713)</u>	<u>(79)</u>
	5.875	2.454
Lucro de exploração (*)	<u>(4.864)</u>	<u>(1.901)</u>
	<u>1.011</u>	<u>553</u>

* A Companhia localizada na Bahia é titular de empreendimento na área de atuação da SUDENE, ao qual suas atividades pertencem aos setores da economia considerados como prioritário para o desenvolvimento regional, a Companhia usufrui do incentivo de redução de 75% do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica IRPJ e adicionais não restituíveis, na modalidade de implantação, que promove a fruição do benefício fiscal por 10 anos.

A Companhia iniciou o aproveitamento do benefício em 2022, tornando a vigência: 01/01/2022 a 31/12/2031 sobre 100% da capacidade instalada.

12. IMOBILIZADO

Custo (Em milhares de reais - R\$)	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Edificações direito de uso	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	14.404	3.552	525.571	357	446	610	7.586	552.526
Adições	-	-	171	127	12	20	2.127	2.457
Baixa	-	-	-	-	-	-	(55)	(55)
Transferência	-	-	4	-	88	-	(92)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>14.404</u>	<u>3.552</u>	<u>525.746</u>	<u>484</u>	<u>546</u>	<u>630</u>	<u>9.566</u>	<u>554.928</u>
Adições	-	142	20	543	72	-	282	1.059
Baixa	-	-	-	(358)	(3)	(86)	(55)	(502)
Transferência	-	185	(160)	-	135	-	(160)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>14.404</u>	<u>3.879</u>	<u>525.606</u>	<u>669</u>	<u>750</u>	<u>544</u>	<u>9.633</u>	<u>555.485</u>
Depreciação acumulada (Em milhares de reais - R\$)	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Edificações direito de uso	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro 2023	-	353	43.439	108	65	239	-	44.204
Depreciação	-	71	14.151	66	42	130	-	14.460
Depreciação VNR	-	56	345	-	-	-	-	401
Saldo em 31 dezembro de 2024	-	<u>480</u>	<u>57.935</u>	<u>174</u>	<u>107</u>	<u>369</u>	-	<u>59.065</u>
Depreciação	-	79	14.143	91	61	88	-	14.462
Depreciação VNR	-	56	345	-	-	-	-	401
Baixa de Depreciação	-	-	-	(194)	-	-	-	(194)
Saldo em 31 dezembro de 2025	-	<u>615</u>	<u>72.423</u>	<u>71</u>	<u>168</u>	<u>457</u>	-	<u>73.734</u>
Valor contábil líquido								
Em 31 de dezembro de 2023	14.404	3.199	482.132	249	381	371	7.586	508.322
Em 31 de dezembro de 2024	14.404	3.072	467.811	310	439	261	9.566	495.863
Em 31 de dezembro de 2025	14.404	3.264	453.183	598	582	87	9.633	481.751

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica vinculados a estes serviços, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que os produtos das alienações sejam depositados em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

(*) A Companhia efetuou revisão tarifária, resultando na reavaliação do imobilizado dos ativos vinculados ao Reforço, foi aplicado a metodologia do Valor Novo de Reposição-VNR. O valor foi registrado em 02 de outubro de 2023 no montante de R\$13.463, referente as contas de Edificações Obras Civas e Benfeitorias, no valor de R\$1.508 e Máquinas e Equipamentos, no valor de R\$11.955. Esses valores foram registrados no ativo imobilizado contra a conta de Patrimônio Líquido e Impostos diferidos constituídos no montante de R\$4.168, de acordo com os montantes homologados pela ANEEL representando o valor do ativo imobilizado a ser recuperado.

13. INTANGÍVEL

	Servidão	Software	Outros	Total
<u>Em milhares de reais - R\$</u>				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	42	201	-	243
Saldo em 31 de dezembro de 2024	42	201	-	243
Adições	12	-	-	12
Saldo em 31 de dezembro de 2025	54	201	-	255
<u>Em milhares de reais - R\$</u>				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	105	-	105
Amortização	-	17	-	17
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	122	-	122
Amortização	-	16	-	16
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	138	-	138
<u>Valor contábil líquido</u>				
Em 31 de dezembro 2023	42	96	-	138
Em 31 de dezembro 2024	42	79	-	121
Em 31 de dezembro 2025	54	63	-	117

14. FORNECEDORES

	31/12/2025	31/12/2024
Cotesa	464	353
Fairfax Brasil	145	25
In Forma	55	-
Emilson	26	52
Tokio Marine Seguradora S.A.	35	-
Bradesco Saúde	-	96
Chubb Brasil	-	64
Outros	80	175
	805	765

15. DEBÊNTURES

Em julho de 2019 a Companhia assinou um mandato com o Banco Santander do Brasil S.A. para coordenar a emissão de debêntures simples, no valor de R\$407.000 mil, em regime de garantia firme de colocação para captação de recursos no mercado de capitais local, não conversíveis em ações e sem cláusula de repactuação.

- Prazo: 24 anos (até agosto de 2043).
- Custo: IPCA + 5,0921%.
- Carência: 36 meses (até agosto de 2022).
- Juros apurados semestralmente - 1º Pagamento efetuado em agosto de 2021.
- Amortização exigíveis semestralmente após a carência.

Moeda nacional	Taxa anual de juros a.a.	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures	IPCA + 5,0921%	621.244	599.669
Principal		394.653	399.218
Juros		226.591	200.451
Passivo circulante		16.978	15.538
Não circulante		604.266	584.131

O montante registrado em principal e juros tem a seguinte composição:

Debêntures	31/12/2024	Provisão			Amortização		Apropriação do custo de captação	31/12/2025
		Principal	Juros	Atualização monetária	Principal	Juros		
Debêntures	612.831	-	29.868	25.524	(4.565)	(29.994)	-	633.664
Custos de captação incorridos e pagos	(13.162)	-	-	-	-	-	742	(12.420)
Total	<u>599.669</u>	<u>-</u>	<u>29.868</u>	<u>25.524</u>	<u>(4.565)</u>	<u>(29.994)</u>	<u>742</u>	<u>621.244</u>

Debêntures	31/12/2023	Provisão			Amortização		Apropriação do custo de captação	31/12/2024
		Principal	Juros	Atualização monetária	Principal	Juros		
Debêntures	589.902	-	28.805	27.298	(4.351)	(28.823)	-	612.831
Custos de captação incorridos e pagos	(13.946)	-	-	-	-	-	784	(13.162)
Total	<u>575.956</u>	<u>-</u>	<u>28.805</u>	<u>27.298</u>	<u>(4.351)</u>	<u>(28.823)</u>	<u>784</u>	<u>599.669</u>

Os vencimentos das parcelas do não circulante são as seguintes:

Vencimentos:

2027	4.070
2028	4.070
2029	6.105
Após 2030	590.021
	<u>604.266</u>

Garantias concedidas

- Fiança Bancária para 100% da dívida até “completion”.
- Garantias de Projeto: Ações da SPE + Direitos Creditórios / Emergentes da Concessão.

“Covenants” financeiros

Devido a essas debêntures, a Companhia fica obrigada a cumprir o seguinte índice:

- O índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo 1,20, calculado com a base no EBTIDA nas demonstrações financeiras regulatórias.

Todas as cláusulas restritivas requeridas estão sendo atendidas.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$58.000 (cinquenta e oito milhões de reais), representados por 101.000.500 ações ordinárias sem valor nominal. No dia 26 de março de 2021, houve transferências das ações, resultando em um único acionista, conforme Livro de Registro de Ações Passando a ser apresentado da seguinte forma:

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor</u>	<u>Participação %</u>
BTG Pactual Infraestrutura Dividendos Fundo de Invest. Particip. Infraestrutura	<u>101.000.500</u>	<u>58.000</u>	<u>100</u>
	<u>101.000.500</u>	<u>58.000</u>	<u>100</u>

b) Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, quando aplicável, e a parcela destinada a reserva para subvenções de incentivos fiscais, terá a seguinte destinação:

1. 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
2. 25% serão distribuídos como dividendos obrigatórios.
3. O saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

c) Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros/prejuízos acumulados.

- No exercício de 2024, foi realizado o valor de R\$ 265.

d) Reserva de lucros

A reserva de lucros tem a seguinte composição: reserva legal e reserva de incentivos fiscais.

d.1) Reserva Legal

A constituição da reserva legal é obrigatória como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A destinação concernente a reserva legal em 2022 foi no valor de R\$286, atingindo o percentual de 20% do capital social, conforme determina a Lei 6.404/76, art. 193.

d.2) Reserva de Incentivos Fiscais

A reserva de incentivos fiscais é concernente ao incentivo fiscal do imposto de renda sobre o resultado auferido da exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, concedido pela SUDENE. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada na demonstração do resultado e submetidas à Assembleia Geral para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas no respectivo laudo constitutivo e na legislação fiscal vigente.

d.3) Reserva especial

De acordo com a Lei 6.404/76, § 4º do art. 202 o dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

e) Dividendos e Juros sobre capital próprio

No exercício de 2025 e 2024, foram constituídos dividendos obrigatórios no valor de R\$14.425 e R\$11.962, respectivamente.

Concernentes ao pagamento de dividendos da conta de reserva de lucros, foram realizadas as seguintes deliberações:

- Reunião do Conselho de Administração de 22 de janeiro de 2025 deliberando a distribuição de dividendos, no montante de R\$11.500, pagos em 01 de abril de 2025.
- Reunião do Conselho de Administração de 17 de junho de 2025 deliberando a distribuição de dividendos, no montante de R\$12.038, pagos em 28 de julho de 2025.
- Reunião do Conselho de Administração de 21 de outubro de 2025, deliberando o pagamento de R\$11.000, pagos em 28 de outubro de 2025.

Os juros sobre capital próprio são calculados com base no saldo do patrimônio líquido, limitado à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. O efetivo pagamento ou crédito dos juros sobre capital próprio fica condicionado a existência de lucros (lucro líquido do exercício após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido e antes da dedução da provisão para o imposto de renda), computados antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados.

No exercício de 2025 e 2024, foram constituídos Juros de Capital Próprio no valor de R\$16.000 e R\$16.000, respectivamente.

Concernentes ao pagamento de Juros sobre Capital Próprio, foram realizadas as seguintes deliberações:

- Reunião do Conselho de Administração de 30 de dezembro de 2024, deliberando o pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 4.000, liquidado em janeiro de 2025.
- Reunião do Conselho de Administração de 18 de março de 2025, deliberando o pagamento dos dividendos mínimos obrigatório referente à distribuição do lucro líquido do exercício de 2024, no montante de R\$ 11.962, liquidado em abril de 2025.
- Reunião do Conselho de Administração de 31 de março de 2025, deliberando o pagamento de Juros sobre Capital Próprio, no montante de R\$4.000, pagos em julho de 2025.
- Reunião do Conselho de Administração de 30 de junho de 2025, deliberando o pagamento de Juros sobre Capital Próprio, no montante de R\$4.000, pagos em julho de 2025.

- Reunião do Conselho de Administração de 30 de setembro de 2025, deliberando o pagamento de Juros sobre Capital Próprio, no montante de R\$4.000, pagos em outubro de 2025.
- Reunião do Conselho de Administração de 31 de dezembro de 2025, deliberando o pagamento de Juros sobre Capital Próprio, no montante de R\$4.000.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita de encargos de transmissão	119.798	116.862
Outras receitas	9.726	8.576
Total da receita bruta	<u>129.524</u>	<u>125.438</u>
(-) Pis/COFINS	(11.982)	(11.667)
(-) Encargo setorial	<u>(1.601)</u>	<u>(1.546)</u>
Total da receita líquida	<u><u>115.941</u></u>	<u><u>112.225</u></u>

- Receita de encargos de transmissão: refere-se ao faturamento da Receita Anual Permitida (RAP), reconhecida através dos AVCs disponibilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico-ONS.
- Outras receitas: proveniente de valor não arrecadado na apuração mensal dos serviços e encargos a título de Encargos de Uso dos Sistemas de Transmissão, em função dos descontos incidentes sobre as tarifas de que trata a Resolução Normativa nº 77.

18. CUSTOS SOBRE SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	(1.541)	(1.442)
Material	(345)	(368)
Serviços de terceiros	(5.909)	(5.292)
Depreciação	(14.574)	(14.581)
Aluguéis	(410)	(251)
Seguros	(145)	(156)
Impostos e taxas	<u>(68)</u>	<u>(69)</u>
	<u><u>(22.992)</u></u>	<u><u>(22.159)</u></u>

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
PCLD	(2.985)	-
Pessoal	(3.285)	(2.220)
Administradores	(1.476)	(1.705)
Material	(129)	(108)
Serviços de terceiros	(1.701)	(1.696)
Depreciação	(223)	(297)
Aluguéis	(116)	(85)
Seguros	(41)	(15)
Impostos e taxas	(23)	(22)
Sinistro Veicular	81	-
	<u><u>(9.898)</u></u>	<u><u>(6.148)</u></u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Tarifas bancárias	(254)	(250)
Juros e atualização s/ debêntures	(56.151)	(56.887)
Outras despesas financeiras	(434)	(409)
	<u>(56.839)</u>	<u>(57.546)</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações	4.907	3.582
Outras receitas financeiras	38	126
(-) Tributos Receita Financeira	(230)	(172)
	<u>4.715</u>	<u>3.536</u>
	<u>(52.124)</u>	<u>(54.010)</u>

21. MEIO AMBIENTE

A Companhia obteve todas as Licenças Ambientais necessárias para a operação e a implantação do projeto.

22. SEGUROS

Em dezembro de 2025, a cobertura de seguros era composta de:

<u>Risco</u>	<u>Apólice</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância segurada</u>
Responsabilidade civil	16.51.0044860.12	25/10/2024 a 25/04/2026	R\$20.000
Riscos operacionais	046692025100101180003002	30/12/2025 a 30/06/2027	R\$23.230
Veículo	36973054	05/11/2025 a 15/04/2027	100% FIPE
D&O	01109196676	04/10/2024 a 04/04/2026	R\$12.000

Cabe ressaltar, que os seguros foram renovados nas mesmas condições.

23. HONORÁRIO DOS ADMINISTRADORES

O total pago, no exercício de 2025 referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Companhia somaram R\$795 e em 2024 o montante foi de R\$821.

24. CONTINGÊNCIAS

A Administração, de acordo com o CPC 25 adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco remoto
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.	Somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui contingências com risco de perda provável.

A Companhia possui contingências com risco de perda possíveis:

Causas administrativas ambientais perante IBAMA por supostamente deixar de atender as condicionantes específicas da Licença de Instalação da Linha de Transmissão, bem como, da ASV - Autorização de Supressão e Vegetação, que somam o valor de R\$1.348. Em 31 de dezembro de 2025 não foi registrada provisão de contingências decorrente deste processo.

25. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador, apresentada no MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 17 de setembro de 2021. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Circulante:						
Caixa e equivalentes de caixa	20	-	20	21	-	17
Títulos e valores mobiliários	15.455	-	15.455	14.738	-	17.623
Concessionárias e permissionárias	15.539	-	15.539	16.573	-	12.115
Despesas antecipadas	196	-	196	196	-	51
Tributos compensáveis	1.388	-	1.388	1.321	-	1.274
Cauções vinculados	15.760	-	15.760	14.467	-	13.579
Outros ativos	960	-	960	440	-	260
Concessão do serviço público (ativo contratual)	-	102.944	102.944	-	97.744	97.744
	<u>49.318</u>	<u>102.944</u>	<u>152.262</u>	<u>47.756</u>	<u>97.744</u>	<u>145.500</u>

	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Não circulante:						
Realizável a longo prazo						
Concessão do serviço público (ativo contratual)	-	943.973	943.973	-	914.471	914.471
Cauções vinculados	20.506	-	20.506	18.091	-	18.091
Depósitos judiciais	481	-	481	587	-	587
Tributos diferidos	632	(632)	-	574	(574)	-
Outros ativos	30	-	30	-	-	-
Imobilizado	481.751	(479.707)	2.044	495.863	(494.014)	1.849
Intangível	117	(54)	63	121	(42)	79
	<u>503.517</u>	<u>463.580</u>	<u>967.097</u>	<u>515.236</u>	<u>419.841</u>	<u>935.077</u>
Total do ativo	<u>552.835</u>	<u>566.524</u>	<u>1.119.359</u>	<u>562.992</u>	<u>517.585</u>	<u>1.080.577</u>

	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante:						
Fornecedores	805	-	805	765	-	765
Impostos e contribuições a recolher	2.933	-	2.933	2.666	-	2.666
Dividendos	18.425	-	18.425	15.962	-	15.962
Debêntures	16.978	-	16.978	15.538	-	15.538
Outros passivos	1.589	-	1.589	1.186	-	1.186
Encargos Setoriais	1.877	-	1.877	1.403	-	1.403
Arrendamento imobiliário	121	-	121	154	-	154
	<u>42.728</u>	<u>-</u>	<u>42.728</u>	<u>37.674</u>	<u>-</u>	<u>37.674</u>
Não circulante:						
Tributos diferidos	3.894	184.335	188.229	4.032	168.045	172.077
Debêntures	604.266	-	604.266	584.131	-	584.131
Arrendamento imobiliário	-	-	-	161	-	161
	<u>608.160</u>	<u>184.335</u>	<u>792.495</u>	<u>588.324</u>	<u>168.045</u>	<u>756.369</u>
Patrimônio líquido:						
Capital social	58.000	-	58.000	58.000	-	58.000
Reserva legal	11.600	-	11.600	11.600	-	11.600
Prejuízo acumulados	(192.399)	192.399	-	(152.753)	152.753	-
Reserva especial	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	7.561	(7.561)	-	7.826	(7.826)	-
Reserva de incentivos fiscais	17.185	-	17.185	12.321	-	12.321
Reserva de lucros a realizar	-	197.351	197.351	-	204.613	204.613
	<u>(98.053)</u>	<u>382.189</u>	<u>284.136</u>	<u>(63.006)</u>	<u>349.540</u>	<u>286.534</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>552.835</u>	<u>566.524</u>	<u>1.119.359</u>	<u>562.992</u>	<u>517.585</u>	<u>1.080.557</u>

	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações continuadas						
Receita líquida	115.941	34.702	150.643	112.225	22.038	134.263
Custo sobre serviços prestados	(22.992)	14.296	(8.696)	(22.159)	12.485	(9.674)
Lucro bruto	<u>92.949</u>	<u>48.998</u>	<u>141.947</u>	<u>90.066</u>	<u>34.523</u>	<u>124.589</u>
Despesas gerais e administrativas	(9.898)	-	(9.898)	(6.148)	-	(6.148)
Resultado operacional	<u>83.051</u>	<u>48.998</u>	<u>132.049</u>	<u>83.918</u>	<u>34.523</u>	<u>118.441</u>
Receita financeira	4.715	-	4.715	3.536	-	3.536
Despesas financeira	(56.839)	-	(56.839)	(57.546)	-	(57.546)
Resultado financeiro	<u>(52.124)</u>	<u>-</u>	<u>(52.124)</u>	<u>(54.010)</u>	<u>-</u>	<u>(54.010)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	30.927	48.998	79.925	29.908	34.523	64.431
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(1.011)	(16.349)	(17.360)	(553)	(14.131)	(14.684)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>29.916</u>	<u>32.649</u>	<u>62.565</u>	<u>29.355</u>	<u>20.392</u>	<u>49.747</u>

	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	29.916	32.649	62.565	29.355	20.392	49.747
Ajuste:						
Depreciação e amortização	14.797	(14.574)	223	14.748	(14.581)	167
Amortização de arrendamento por direito de uso	83	-	83	130	-	130
Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes	1.011	16.349	17.360	553	14.131	14.684
Juros sobre arrendamento do direito de uso	18	-	18	20	-	20
Baixa de imobilizado	308	(63)	245	55	(55)	-
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	(4.907)	-	(4.907)	(3.582)	-	(3.582)
Juros e atualização sobre debêntures e financiamentos	55.410	-	55.410	56.103	-	56.103
Custo de captação de debêntures	742	-	742	784	-	784
Atualização monetária depósitos judiciais	57	-	57	97	-	97
Remuneração e margem de ativo de contrato	-	(126.851)	(126.851)	-	(111.927)	(111.927)
	<u>97.435</u>	<u>(92.490)</u>	<u>4.945</u>	<u>98.263</u>	<u>(92.040)</u>	<u>6.223</u>
Variações nos ativos e passivos:						
Concessionárias e permissionárias	1.034	-	1.034	(4.458)	-	(4.458)
Ativo de Contrato	-	92.149	92.149	-	89.888	89.888
Despesas antecipadas	-	-	-	(145)	-	(145)
Tributos Compensáveis	(67)	-	(67)	(47)	-	(47)
Tributos diferidos	(58)	58	-	(425)	425	-
Outros ativos	(520)	(11)	(531)	(180)	-	(180)
Fornecedores	40	-	40	(399)	-	(399)
Impostos e contribuições a recolher	528	(59)	469	1.300	(426)	874
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.410)	-	(1.410)	(640)	-	(640)
Outros passivos	877	-	877	142	-	142
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>97.859</u>	<u>(353)</u>	<u>97.506</u>	<u>93.411</u>	<u>(2.153)</u>	<u>91.258</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(1.071)	353	(718)	(2.457)	2.153	(304)
Aquisições de bens do ativo intangível	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de bens do ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(237.400)	-	(237.400)	(326.571)	-	(326.571)
Resgate em títulos e valores mobiliários	237.882	-	237.882	330.941	-	330.941
Caixa líquido provenientes das atividades de investimento	<u>(589)</u>	<u>353</u>	<u>(236)</u>	<u>1.913</u>	<u>2.153</u>	<u>4.066</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Amortização de principal de arrendamento de direito de uso	(212)	-	(212)	(146)	-	(146)
Amortização de principal das debentures	(4.565)	-	(4.565)	(4.351)	-	(4.351)
Juros pagos	(29.994)	-	(29.994)	(28.823)	-	(28.823)
Pagamento de dividendos	(46.500)	-	(46.500)	(46.300)	-	(46.300)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(16.000)	-	(16.000)	(15.700)	-	(15.700)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(97.271)</u>	<u>-</u>	<u>(97.271)</u>	<u>(95.320)</u>	<u>-</u>	<u>(95.320)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>4</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21	-	21	17	-	17
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	20	-	20	21	-	21

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

(i) Ativo de contrato e ativo financeiro

A Companhia é abrangida pelo escopo do CPC 47. A receita é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra e mensurada com base nos seus valores justos.

Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos.

Considerando que para fins das demonstrações contábeis regulatórias deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e/ou intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

(ii) Imobilizado e Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

(iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

(iv) Receita operacional bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de remuneração do ativo de contrato, operação e manutenção e ganho na RAP, decorrentes da aplicação do CPC 47.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.